

## A dupla nacionalidade em Albert Camus: identidades e conflito de interesses durante a Revolução Argelina (1954-1962)

Dual nationality in Albert Camus: identities and conflict of interests during the Algerian Revolution (1954-1962)

**Raissa Efrem**

Mestrado em História

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

raissa.efrem@ufpe.br

**Recebido:** 27/11/2023

**Aprovado:** 20/08/2024

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo primordial dissertar acerca da dupla nacionalidade de Albert Camus, filho de francês, mas nascido na Argélia, e sobre como o seu conflito identitário influenciou nas opiniões emitidas pelo filósofo à data da Revolução Argelina (1954-1962). Ao contrário de outros pensadores da época, como Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, Camus não era a favor da independência da Argélia da maneira em que ela vinha sendo construída. Humanista, ele defendia o diálogo e a diplomacia, não uma revolução armada. O fio de Ariadne que nos guiou na escrita deste trabalho foram algumas crônicas escritas pelo próprio Camus, a exemplo de *Actuelles III* (1958); discussões acerca de identidade, com base em E. P. Thompson; e, também, leituras a respeito de nacionalismo, fundamentada, principalmente, em Homi Bhabha.

**Palavras-chave:** Palavras-chaves: Albert Camus; Argélia; Identidade.

**Abstract:** The main objective of this article is to discuss the dual nationality of Albert Camus, son of a Frenchman, but born in Algeria, and how his identity conflict influenced the opinions expressed by the philosopher at the time of the Algerian Revolution (1954-1962). Unlike other thinkers of the time, such as Simone de Beauvoir and Jean-Paul Sartre, Camus was not in favor of Algeria's independence in the way it was being constructed. A humanist, he defended dialogue and diplomacy, not an armed revolution. Ariadne's thread that guided us in writing this work were some chronicles written by Camus himself, such as *Actuelles III* (1958); discussions about identity, based on E. P. Thompson; and also readings about nationalism, based mainly on Homi Bhabha.

**Keywords:** Albert Camus; Algeria; Identity.

### **Autoidentificação e autorreconhecimento: o *background* de Albert Camus.**

Albert Camus, filho de Lucien Auguste Camus e de Catherine Hélène Sintés (um francês e uma espanhola - ambos também nascidos na Argélia), nasceu no assentamento de Mondovi, próximo à Argel, a 7 de novembro de 1913. Percebemos, então, que ele possuiu em sua vida influências culturais de, pelo menos, três países distintos: Espanha, França e Argélia. Com qual desses, então, o Camus mais se identificou e por que esse reconhecimento é relevante para a historiografia?

Falecido num acidente de carro em 1960, o autor estava presente em quase todo o momento em que a Argélia lutava por sua independência, numa guerra que transcorreu entre os anos de 1954 e 1962, como veremos em nossa segunda seção.

Para discutir o autorreconhecimento em Camus, primeiro precisamos compreender o fio condutor de sua constituição identitária, afinal, para haver autorreconhecimento é porque ele se percebe enquanto determinado sujeito X. O comparativo em questão separa a ascendência francesa do filósofo de sua infância na Argélia e com qual das duas Camus mais se identificou. Para propor qualidade ao debate, faremos uso dos estudos do marxista E. P. Thompson sobre identidade. Historiador, escritor e ativista político britânico (1924 -1993), é conhecido principalmente por seus trabalhos envolvendo a história social e política da Inglaterra. Foi profundamente influenciado pelo marxismo e acreditava que ele deveria ser uma ferramenta para a análise da história, mas não uma doutrina rígida que determinasse todas as respostas. Sua abordagem da história social, que enfatizava o papel ativo das classes trabalhadoras na transformação da sociedade, contrastava com a visão mais tradicional da história que se concentrava nas elites políticas e econômicas, rejeitando assim, explicitamente, a metáfora base/superestrutura e dedicou-se ao estudo das mediações culturais e morais.

Thompson desenvolveu uma abordagem do marxismo que enfatizava a importância da ação das classes trabalhadoras e da resistência popular na transformação social, perceptível, por exemplo, em *A formação da classe operária inglesa* (1963). Thompson argumentava que a história era criada por atores sociais que lutavam por mudanças em suas condições de vida e trabalho. No caso aqui presente, podemos tomar por atores sociais os árabes revolucionários da Argélia, que brigavam por sua independência.

Questiona-se, contudo, se podemos nos referir a eles enquanto classe. Ora, classe social, para Thompson, do ponto de vista histórico depende de dois fatores: identidade, ou seja, do estofamento cultural

que dividimos com aqueles que convivemos durante a nossa formação; e de consciência, o momento em que percebemos o nosso papel e passamos a batalhar politicamente pelos nossos direitos. Os árabes possuíam o seu amparo cultural em torno do Alcorão, além de terem, em sua maioria, a consciência da necessidade de liberdade. Compreende-se, com isso, que a identidade é fundamental para formar a consciência de classe de um sujeito, dentre outros conceitos que constituímos ao longo da vida. A formação identitária de Albert Camus, por outro lado, por mais que tenha se moldado na Argélia, é oriunda de sua ascendência francesa. Ele, afinal de contas, via-se como francês.

Thompson ao conversar com os operários nas fábricas começou a estudar como esses indivíduos se percebiam, quais eram as suas identidades. Em que momento eles se constituíram em classe? O trabalho de Thompson foi envolvido por paixão, a luta dos seus alunos tinha respaldo histórico. Começou no movimento cartista até o enfrentamento do governo. Eles se formaram ao longo dos anos; tomaram consciência de uma identidade em comum e aderiram a uma ação política, se consolidaram, formaram um partido etc.

A classe, para Thompson, acontece quando alguns sujeitos, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências<sup>113</sup>. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição. (THOMPSON, 2002, p. 12)

Os árabes na Argélia, apesar de terem, cada um, a sua identidade individual, perceberam-se enquanto pertencentes a uma classe em comum: a de colonizados – classe a qual Camus não pertencia ou não se identificava. A partir dessa tomada de consciência enquanto agentes históricos e atores ativos de suas ideias, uniram-se em torno de um objetivo comum para reivindicar o seu direito à liberdade.

Esse ponto nos permite iniciar uma discussão paralela sobre a colonização e a necessidade de uma identidade nacional para os argelinos que buscavam se libertar do domínio francês. Entretanto,

---

<sup>113</sup> A experiência é, para Thompson, determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os indivíduos nasceram ou entraram involuntariamente, enquanto a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

continuaremos explorando a questão da identidade, essencial para compreender o pensamento de Camus, antes de discutir o nacionalismo argelino, com base em Homi Bhabha.

Para além de Thompson, gostaríamos de abordar o cerne dessa discussão a partir de mais dois intelectuais: Asad Haider, na introdução de seu livro *Armadilha da identidade: classe e raça nos dias de hoje* (2019); e por Étienne Balibar.

Asad Haider, nosso segundo teórico, é descendente de paquistaneses e nasceu na Pensilvânia. Ele viajava ocasionalmente com seus pais para Karachi, para visitar familiares. Nesse processo de dupla nacionalidade, assim como Camus, Haider percebeu que sua identidade parecia ser determinada de fora – ou talvez, mais precisamente, parecia indefinida. Ao longo dos anos, ele notou que era comum ver reportagens na TV sobre incidentes terroristas e ações militares no Paquistão; mas quando Bill Clinton ordenou um ataque de mísseis à fábrica farmacêutica Al-Shifa no Sudão, sua professora da sexta série o fez escrever um parágrafo justificando a ação. Assim, antes mesmo do 11 de setembro, sua identidade tornou-se uma questão de segurança nacional.

Haider declarou que já estava convencido da impossibilidade de estabelecer um território fixo: 'a vasta pobreza que testemunhei no Paquistão e a longa história de opressão racial que ecoava na Pensilvânia andam de mãos dadas'. Mesmo diante da discriminação antimuçulmana, parte direcionada a ele, Haider afirmou que nunca se sentiu tentado a defender o Islã, pois odiava tanto os fanáticos religiosos quanto os americanos. 'Era possível responder aos ataques contra muçulmanos sem adotar a ideologia conservadora e reacionária do Islã? Por outro lado, era possível criticar o dano causado pelo fundamentalismo islâmico sem jogar o jogo dos racistas brancos?' No contexto de nossa discussão, podemos perguntar: seria possível para Albert Camus responder aos ataques contra os argelinos sem adotar a ideologia conservadora do Islã? Seria possível, por outro lado, criticar os revolucionários argelinos sem apoiar o colonialismo francês? Camus defendia a união dos dois grupos, mas sempre caminhava numa linha tênue da qual constantemente tentavam derrubá-lo.

Ao discutir sua identidade, Haider revela uma jornada marcada pela interseção complexa de nacionalidades e experiências. Filho de pais palestinos, mas nascido nos Estados Unidos, ele viveu entre duas realidades culturais e políticas distintas. Ao visitar Karachi e testemunhar a vida no Paquistão, ele se deparou com a pobreza e a opressão racial que também encontrava na Pensilvânia. Essa dualidade o levou a questionar a ideia de uma identidade fixa, especialmente quando eventos

geopolíticos como ataques militares e ações políticas influenciaram diretamente sua percepção de si mesmo e de sua segurança.

A experiência de Haider com a discriminação antimuçulmana e a complexidade das narrativas políticas em torno do Islã o levaram a uma postura crítica e independente. Ele rejeitou tanto o fanatismo religioso quanto a retórica discriminatória dos EUA, buscando uma posição equilibrada, sem se alinhar a ideologias extremistas. Essa busca por equilíbrio o levou a se questionar se era possível responder às injustiças contra muçulmanos sem adotar visões conservadoras, assim como se era possível criticar o fundamentalismo islâmico sem reforçar discursos racistas.

No contexto de nossa discussão sobre identidade e posicionamento político, Haider levanta questões semelhantes às enfrentadas por Camus em relação aos ataques contra os argelinos e aos movimentos de resistência árabes. Assim como Haider buscava um equilíbrio diante das complexidades geopolíticas, Camus enfrentava o desafio de criticar o colonialismo francês sem cair em extremismos ou apoiar movimentos radicais que também perpetuavam violências.

Ambos, Haider e Camus, enfrentaram o dilema de manter uma postura ética e política que não se alinhava nem com os extremos religiosos ou nacionalistas, nem com visões conservadoras ou racistas. Essa tensão entre diferentes identidades e ideologias permeia suas reflexões sobre justiça, liberdade e responsabilidade em contextos complexos de conflito e opressão.

Agora, sob a ótica de Étienne Balibar, filósofo francês, a identidade está sempre associada ao sentimento de pertencimento, sendo o meio pelo qual reconhecemos nossa posição como membros de uma comunidade e participamos ativamente dela. A identidade é sustentada tanto pela cultura quanto pela fé e língua. Ela nunca é dada, nem é natural. Balibar vê a identidade como um processo dinâmico de pertencimento e reconhecimento dentro de uma comunidade, influenciado por elementos culturais, sociais e históricos. Para ele, a identidade é histórica, formada por normas de comportamento, valores sociais e símbolos coletivos.

O ódio dirigido ao outro é uma idealização criada para proteger a própria identidade, que é inseparável da pessoa. Para Balibar, o nacionalismo se desenvolve como uma ideologia que sustenta a identidade nacional. No caso dos árabes argelinos, eles usaram sua identidade como povos nativos daquela região para se unirem contra os colonizadores franceses, ou seja, o "outro". Eles recorreram à ideia de uma homogeneidade entre o povo, ultrapassando diferenças individuais e posições sociais, compartilhando uma origem e interesses comuns. A Frente de Libertação Nacional (FLN) ergueu a

bandeira dos argelinos com base na premissa de que todos compartilhavam o mesmo desejo: a liberdade. Essa identificação nacional está vinculada às configurações políticas e econômicas, além das conexões ideológicas que estabelecem um senso de pertencimento a comunidades culturais e permitem a construção de uma autoimagem coletiva.

Esse ponto nos abre espaço para iniciar, em paralelo, uma discussão acerca da colonização e da necessidade da constituição de uma identidade nacional para os árabes que almejavam desvencilhar-se do jugo francês. Ora, o sujeito só se reconhece enquanto branco, por exemplo, porque se vê como oposto ao preto; do mesmo modo que só existe o conceito de homem, porque também existe o de mulher. Ou seja, o colonizado compreendeu que não era francês, mas o que seria, então, ele? Qual a sua identidade para além de sujeito colonizado? Era necessário formar-se uma identidade argelina, a identidade de um país oposto à França.

Se levarmos em consideração as reflexões do estudioso e teórico crítico indiano-britânico, Homi Bhabha, defende-se a concepção da nação como uma narrativa cultural que engloba uma dualidade temporal (passado e presente) e descontínua (moderna, colonial, nativa, masculina, etc.), expondo as identidades culturais de um coletivo por meio de uma interação de forças entre essas distintas eras, ou seja, ele descentraliza o movimento unificador e homogêneo que representa a nação.

Qualquer estudante de ensino médio quando abre o seu livro didático para estudar as formações dos Estados nacionais europeus, aprende que alguns pontos são cruciais para essa constituição, a exemplo do estabelecimento de fronteiras, idioma e moeda próprios, exército, etc., ou seja, categorias que sustentam um sentimento de pertencimento e lealdade entre os membros de uma nação. Porém, quando pensamos na formação de um Estado que foi colonizado, há ainda o idioma do colonizador, traços culturais, etc. Uma mescla de formas ocidentais importadas somadas às suas próprias tradições. Um processo de hibridização cultural que, além de Homi Bhabha, também foi discutido pelo historiador inglês Peter Burke (2003), dentre outros.

Quando o governo francês, como parte do projeto de assimilação completa da região, expandiu o sistema de educação pública para afrancesar os habitantes, ensinando o idioma e os símbolos franceses para as crianças, por exemplo, percebe-se o que Bhabha chama de discurso colonial, “uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural” (2005, p. 107). É um discurso que objetiva “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem

racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2005, p. 111).

Na biografia de Camus escrita por Olivier Todd, há um acontecimento fundamental para compreender esse conceito trabalhado por Bhabha, que é o seguinte:

Um mês após o nascimento de Albert, o diário L’Echo d’Alger publicou uma série de artigos de um professor de direito, Emile Chauvin. Declarou que o objectivo da França na Argélia era “substituir a civilização e a razão pela barbárie e pelo fanatismo, e visar a assimilação, a unificação das raças”, a fim de torná-las tão francesas quanto possível. Franceses como Chauvin acreditavam que, num futuro muito distante, os nativos poderiam ser transformados em cidadãos da República Francesa.<sup>114</sup> (TODD, 1998, p. 13)

Albert Camus nasceu em 1913, 83 anos depois da invasão francesa ao território e 65 anos depois da oficialização da anexação da Argélia. Ou seja, a sua formação identitária se deu em um país que passava pelo processo de afrancesamento. Em sua biografia, conta-se que a certidão de nascimento de Camus foi assinada por seu pai:

Em 8 de novembro de 1913, Lucien Camus apareceu no escritório do prefeito em Mondovi para registrar o nascimento de seu segundo filho, nascido no dia anterior. O bebê recebeu apenas um nome cristão, Albert. As duas testemunhas da criança recém-registrada foram Jean Piro, um comerciante e Salvatore Frendo, entregador de uma mercearia local. (TODD, 1998, p. 13).<sup>115</sup>

Oriundo de uma família pobre, o professor de Camus, Jean Grenier, precisou implorar que a avó do menino deixasse que ele estudasse, pois a senhora queria que o jovem trabalhasse para ajudar nas contas de casa. A mãe de Camus, enquanto viúva de guerra, “ela tinha direito a oitocentos francos por ano, mais trezentos francos para cada um de seus filhos até completarem dezoito anos. Na época, uma faxineira ganhava mil francos por ano”<sup>116</sup> (TODD, 1998, p. 15). Percebe-se, que mesmo estando na categoria de “colonizador”, já que sua família havia saído da França para a Argélia, Camus não usufruiu dos lucros que a metrópole desfrutava.

---

<sup>114</sup> A month after Albert’s birth, the daily L’Echo d’Alger published a series of articles by a professor of law, Emile Chauvin. He declared that France’s purpose in Algeria was “to substitute civilization and reason for barbarity and fanaticism, and to aim for the assimilation, the unification of the races,” in order to make them as French as possible. Frenchmen like Chauvin believed that in the very distant future, natives might be transformed into citizens of the French Republic.

<sup>115</sup> On November 8, 1913, Lucien Camus appeared at the mayor’s office in Mondovi to register the birth of his second son, born the day before. The baby was given only one Christian name, Albert. The two witnesses to the newly registered infant were Jean Piro, a merchant, and Salvatore Frendo, a delivery man for a local grocer.

<sup>116</sup> she was entitled to eight hundred francs per year, plus three hundred francs for each of her children until they reached the age of eighteen. At the time, a cleaning woman earned one thousand francs a year.

Ele nasceu na Argélia, era pobre como os árabes em seu entorno, mas, ainda assim, enxergava-se nas heranças de seu pai, assassinado em 1914, na batalha do Marne, durante a Primeira Guerra Mundial. “Seus documentos militares o descreveram como um “motorista de ônibus”<sup>117</sup> (TODD, 1998, p. 12).

Dentro de sua casa se falava o francês, lia-se em francês. Suas heranças culturais eram provenientes da França. O seu arredor, por outro lado, não o era. A família de Camus não fez parte do grupo que invadiu a Argélia para tomar os bens da população local, matar árabes ou dominá-los politicamente. Ao contrário, encontravam-se na categoria de sujeitos que buscavam qualidade de vida e uma oportunidade de continuar. Esse ponto é explicitamente apontado por Todd, quando ele retrata uma cena cotidiana de Albert com seu tio, Etienne.

Enquanto Etienne fofocava e jogava cartas, seu sobrinho Albert aprendia as regras do jogo de cartas francês belote. Em Belcourt, na margem esquerda, vivia o humilde povo francês de Argel. Eram alegres, generosos, vaidosos, briguentos, rapidamente excitados e igualmente desanimados. Os trabalhadores franceses de nível inferior de Belcourt desprezavam muitas vezes os seus vizinhos árabes, mas ao mesmo tempo sentiam-se inferiores à classe dominante dos funcionários públicos franceses, que podiam dar-se ao luxo de tirar férias em França.<sup>118</sup> (TODD, 1998, p. 18).

Isso não tira o fato, contudo, de haver atos xenofóbicos de ambos os lados, por mais que esse conceito ainda não fosse conhecido à época. Os franceses falavam generalidades condescendentes, como “Ahmed” ou “Fatma” em vez de usarem os seus nomes árabes completos, e, em sua maioria, não recebiam árabes em sua casa. Ainda assim, ambos os grupos de pobres tinham em comum dois medos: o da polícia e o do desemprego.

Ou seja, por ter crescido num bairro árabe repleto de franceses, Camus permaneceu imerso em ambas as culturas, embora as características da França se destacassem devido ao idioma, aos costumes e à herança. Camus enxergava-se como francês, mas não como colonizador. Sua casa em Marabout, por exemplo, era simples e com muitas pessoas morando. O filósofo dividia uma cama de casal com seu irmão, no mesmo quarto em que a mãe, parcialmente surda, dormia numa cama de solteiro.

---

<sup>117</sup> His military papers described him as a “coach driver”.

<sup>118</sup> As Etienne gossiped and played cards, his nephew Albert learned the rules of the French card game belote. In Belcourt, on the left bank, lived the humble French people of Algiers. They were joyous, generous, vain, quarrelsome, quickly excited and as quickly discouraged. The lower-level French laborers of Belcourt often despised their Arab neighbors, but at the same time they felt inferior to the ruling class of French civil servants, who could afford to take vacations back in France.



Nos patamares, os banheiros turcos — um buraco com ralo — fediam. Não havia eletricidade nem água corrente, e os jarros de água tinham de ser buscados nas torneiras da rua. Todo mundo se lavava na pia da cozinha e uma vez por semana tomava banho numa banheira de zinco. Acima de uma mesa no salão principal, havia uma lamparina a óleo.<sup>119</sup> (TODD, 1998, p. 17).

Sofrendo de enormes dificuldades financeiras, o que sobrou da família de Camus se mudou para Argel, capital do país, onde o autor efetivou os seus primeiros estudos. Trabalhou como vendedor de acessórios de automóvel, meteorologista, foi empregado no escritório de corretagem marítima e na prefeitura, até que conseguiu, enfim, formar-se em filosofia. A tuberculose, contudo, o impediu de prestar concurso para seguir carreira docente e lhe afastou, também, do futebol, em que Camus jogava na posição de goleiro.

Esse grupo ao qual a família de Camus pertencia, de trabalhadores franceses, isolados em seus sangrados e em suas aldeias, não deviam, em sua opinião, ser oferecidos ao massacre para expiar os imensos pecados da colonização da França. A culpa não é dos jovens que, injustamente, foram mandados para a luta, mas dos:

[...] sucessivos governos da metrópole, apoiados na confortável indiferença da imprensa e da opinião pública, apoiados na complacência dos legisladores. Em todo caso, eles são mais culpados do que essas centenas de milhares de trabalhadores franceses que sobrevivem na Argélia com salários de fome, que, três vezes em trinta anos, pegaram em armas para ajudar a metrópole e que se veem hoje recompensados pelo desprezo dos resgatados. Eles são mais culpados do que essas populações judaicas, presas há anos entre o antissemitismo francês e a desconfiança árabe, e reduzidas hoje, pela indiferença de nossa opinião, a buscar refúgio em um estado diferente do francês (CAMUS, 1958, p. 74).<sup>120</sup>

À Argélia, Camus reservava um lugar de memória, de boas recordações de uma infância difícil. A ela não pertenciam suas ideologias e identidades formadas com os anos, mas suas palavras nos romances passados nas praias e em vilarejos. Tem-se como exemplo o seu primeiro livro publicado, *O avesso e o direito* (original de 1937), como podemos ver:

---

<sup>119</sup> On the landings the Turkish toilets—a hole with a drain—stank. There was no electricity or running water, and jugs of water had to be fetched from street faucets. Everyone washed in the kitchen sink and once a week took a shower in a zinc tub. Above a table in the main room was an oil lamp.

<sup>120</sup> “Les gouvernements successifs de la métropole appuyés sur la confortable indifférence de la presse et de l’opinion publique, secondés par la complaisance des législateurs, sont les premiers et les vrais responsables du désastre actuel. Ils sont plus coupables en tout cas que ces centaines de milliers de travailleurs français qui se survivent en Algérie avec des salaires de misère, qui, trois fois en trente ans, ont pris les armes pour venir au secours de la métropole et qui se voient récompensés aujourd’hui par le mépris des secourus. Ils sont plus coupables que ces populations juives, coincées depuis des années entre l’antisémitisme français et la méfiance arabe, et réduites aujourd’hui, par l’indifférence de notre opinion, à demander refuge à un autre État que le français.”

É isso que ocorre nesse anoitecer. No café mouro, lá no final da cidade árabe, recordo-me não de uma felicidade passada, mas de um estranho sentimento. Já é noite. [...] O ar fica fresco. Uma sirene no mar. Os faróis começam a girar: uma luz verde, uma vermelha, uma branca. E sempre este grande suspiro do mundo. Uma espécie de canto secreto nasce dessa indiferença. E eis-me de novo repatriado. Penso em um menino que viveu em um bairro pobre. Aquele bairro, aquela casa! Só havia um andar e a escada não era iluminada. Ainda hoje, depois de tantos anos, ele poderia voltar para lá em plena noite. Sabe que subiria a escada com toda a velocidade, sem tropeçar uma única vez. O próprio corpo está impregnado desta casa. (CAMUS, 2019, p. 42-43).

Nessa passagem de um dos contos presentes em *O avesso e o direito*, pode-se perceber esse lugar de memória que Camus reserva à Argélia. Ao longo da revolução, ele preocupava-se muito. “Seus olhos verdes, quando se falava de eventos na Argélia, muitas vezes pareciam escurecer”,<sup>121</sup> (TODD, 1998, p. 468), afirmou Olivier Todd, biógrafo de Albert Camus. Outro exemplo das praias argelinas encontra-se em *O estrangeiro* (original de 1942).

Pegamos um ônibus e fomos para uma praia, a alguns quilômetros de Argel, espremida entre rochedos e margeada de canas. O sol das quatro horas não estava quente demais, mas a água estava morna, com pequenas ondas longas e preguiçosas. Marie ensinou-me uma brincadeira. Ao nadar era preciso beber na crista das ondas, acumular toda a espuma na boca e, em seguida, virar de costas para projetá-la contra o céu. Isto produzia uma espécie de renda espumante, que desaparecia no ar ou, como uma chuva morna, me caía no rosto. Mas depois de algum tempo sentia o ardor do sal queimar a boca. Marie chegou perto, então, e colou-se a mim na água. Colocou a boca contra a minha. A língua dela refrescava-me os lábios, e rolamos por instantes nas ondas. (CAMUS, 2023, p. 39)

Se partirmos ao conjunto de crônicas que realmente nos propusemos a analisar, *Actuelles III*, Camus fala abertamente sobre o modo como ele se percebe:

**Nós, franceses**, devemos lutar para que a repressão não ouse ser coletiva e para que a lei francesa mantenha um significado generoso e claro em nosso país; lembrar ao nosso povo os seus erros e as obrigações de uma grande nação que não pode, sem cair, responder ao massacre xenófobo com igual explosão; para finalmente ativar a chegada das reformas necessárias e decisivas que irão relançar a comunidade francoárabe da Argélia no caminho para o futuro. **Vocês árabes**, por sua vez, devem se mostrar incansavelmente que o terrorismo, quando mata populações civis, além de colocar em dúvida com razão a maturidade política de homens capazes de atos, além disso, apenas reforçam os elementos anti-árabes, reforçam seus argumentos e fecham a boca da opinião liberal francesa que poderia encontrar e fazer com que a solução de conciliação fosse adotada.<sup>122</sup> (CAMUS, 1958, 66 - 67, grifo nosso).

<sup>121</sup> “When there was talk of events in Algeria, his green eyes would often seem to darken.”

<sup>122</sup> “Nous, Français, devons lutter pour empêcher que la répression ose être collective et pour que la loi française garde un sens généreux et clair dans notre pays ; pour rappeler [129] aux nôtres leurs erreurs et les obligations d'une grande nation qui ne peut, sans déchoir, répondre au massacre xénophobe par un déchaînement égal ; pour activer enfin la venue des réformes nécessaires et décisives qui relanceront la communauté francoarabe d'Algérie sur la route de l'avenir. Vous,

É notório que sua criação em determinado espaço e tempo influenciou na sua escrita. Ainda assim, não é como argelino que o autor refere a si mesmo. Ele comumente mencionava a Argélia como lugar de saudade, de carinho, até mesmo de casa - não negava suas origens. Mas sua autoidentificação era francesa.

Como essa autoidentificação influenciou nas opiniões do autor acerca da Revolução Argelina? Bem, Camus era humanista. Tinha horror a guerra e a qualquer tipo de violência. Esse foi um dos motivos, inclusive, do fim de sua amizade com Sartre, que defendia cem por cento a tomada de poder pelos revolucionários argelinos, enquanto Camus optou por medidas diplomáticas. A respeito das opiniões camusianas sobre a Revolução Argelina, teremos mais detalhes na seção a seguir.

### **Algumas opiniões de Camus acerca da guerra pela independência da Argélia.**

Na Argélia, “franceses e árabes estão condenados a viver ou morrer juntos”.<sup>123</sup> (CAMUS, 1958, p. 71). *Actuelles III* é uma coletânea de artigos relacionados à Argélia. Eles abrangem um período de vinte anos, de 1939, quando quase ninguém na França se interessava por este país, até 1958, quando todos falavam sobre isso. Tal como estão, estes textos resumem a posição de um homem que, confrontado com a miséria argelina desde muito jovem, multiplicou em vão os seus avisos e que, há muito consciente das responsabilidades do seu país, não pode aprovar uma política de conservação ou opressão na Argélia. Mas, por muito tempo, advertido das realidades argelinas, também não pode aprovar uma política de resignação que abandonasse o povo árabe a uma miséria maior, desarraigasse o povo francês da Argélia de suas raízes seculares e apenas favorecesse, sem lucro para qualquer um, o novo imperialismo que ameaça à liberdade da França e do Ocidente.

A Argélia não era necessariamente uma colônia da França. Em 1848, a nova Constituição francesa proclamou a Argélia seu território, como departamento francês, o que não fazia dela uma superfície dominada, mas sim parte da França,<sup>124</sup> com o mesmo *status* jurídico que a Normandia e a Borgonha. Como parte do projeto de assimilação completa da região, o governo francês expandiu o

---

Arabes, devez de votre côté montrer inlassablement aux vôtres que le terrorisme, lorsqu'il tue des populations civiles, outre qu'il fait douter à juste titre de la maturité politique d'hommes capables de tels actes, ne fait de surcroît que renforcer les éléments anti-arabes, valoriser leurs arguments, et fermer la bouche à l'opinion libérale française qui pourrait trouver et faire adopter la solution de conciliation.”

<sup>123</sup> “[...] en Algérie Français et Arabes sont condamnés à vivre ou à mourir ensemble.”

<sup>124</sup> Haviam, inicialmente, diferenças de direitos políticos entre a população argelina cristã, judaica e muçulmana.

sistema de educação pública para afrancesar os habitantes, sendo o ensino do idioma e dos símbolos franceses para as crianças e o serviço militar para os adultos alguns exemplos dessas medidas.

Entre 1927 e 1932, a viticultura acumulou 17.3000 hectares, mais da metade dos quais foi retirada dos muçulmanos – grupo que nem bebe vinho. Nessas terras que lhes afanaram, cultivavam cereais para o comércio argelino. Desta vez, não foi somente a terra que lhes tiraram: plantando ali vinhas, privaram a população argelina de seu alimento principal. O Estado assumiu os custos da colonização e criou “um novo poder de compra para os colonos dando-lhes terras e fazendo com que vendessem seus produtos agrícolas e matérias-primas aos franceses” (SARTRE, 1968, p. 242.).

Os primeiros habitantes da Argélia, bem como dos demais países do norte da África (Tunísia, Mali, Líbia e Níger) foram os berberes.<sup>125</sup> Não obstante, após a conquista árabe naquela região, grande parte dos nativos foram arabizados e identificam-se, hoje, com as identidades árabes. Por isso, então, é importante mencionar também que os árabes estão sendo estudados no presente trabalho pela perspectiva de colonizados, posto que encontravam-se sob domínio francês; contudo, outrora, esse mesmo grupo ocupou a categoria de colonizador, quando invadiram a região e tomaram o território dos berberes originários.

Na seção anterior, tecemos breves comentários acerca dos conceitos de identidade e de nacionalismo, que gostaríamos de retomar. Os árabes argelinos usaram de sua identidade enquanto povos quase originários daquele lugar para se unir diante dos colonizadores franceses, ou seja, o outro. Apelaram para a suposta homogeneidade de um povo, para além das particularidades individuais e posições sociais, compartilhando uma origem e interesses em comum. A Frente de Libertação Nacional<sup>126</sup> (FLN) hasteou a bandeira de *argelinos*, partindo da ideia de que todos compactuavam do mesmo anseio: a liberdade.

Quanto ao Partido Comunista Francês (PCF), vale destacar que, inicialmente, o partido adotou uma postura de apoio à luta do povo argelino contra o domínio colonial. No entanto, os líderes do PCF acabaram seguindo a política dos imperialistas franceses, atuando como instrumentos do capital monopolista francês. Em 1946, quando as elites capitalistas francesas usaram uma estratégia

---

<sup>125</sup> Nativos originais da antiga Numídia, constituíam a maior parte da população do império de Cartago e, hoje, são maioria na Argélia, Mauritânia e Marrocos, além de, claro, estarem espalhados em outros países.

<sup>126</sup> De orientação socialista, foi criada em 1º de novembro daquele ano como uma fusão de pequenos partidos, com o objetivo de obter a independência da Argélia frente à França. Disponível em <https://g.co/kgs/BkjiQA>.

neocolonialista ao propor a criação de uma "União Francesa", o PCF seguiu o exemplo e declarou que "sempre defendemos uma União Francesa como uma união livre de povos livres".

Contudo, a posição do PCF em relação à Argélia também gerou tensões dentro do partido. Alguns membros mais conservadores resistiram à ideia de independência argelina, preocupados com as possíveis consequências políticas e econômicas para a França. Essa divisão interna sobre a questão argelina se intensificou durante a guerra de independência.

Em 1956, o PCF aprovou uma resolução oficial em seu congresso, declarando apoio total à independência da Argélia e pressionando o governo francês a buscar uma solução política e pacífica para o conflito, em vez de recorrer a ações militares. Alguns membros do PCF participaram ativamente da resistência, oferecendo esconderijos e apoio logístico aos combatentes argelinos.

A lealdade inicial do PCF não estava restrita apenas aos trabalhadores, mas também à única sociedade que havia realizado uma revolução socialista bem-sucedida, a União Soviética. A influência soviética moldou tanto o estilo ideológico quanto organizacional do PCF, guiando suas principais decisões políticas.

Em relação a isso, o doutor em história Walter Lippold expôs, em *Frantz Fanon E A Revolução Argelina* (2021), que

Fazendo uma análise de conjuntura, incluindo questões internacionais, exaltando a eficácia da ação da FLN e do ELN, também ocorre um ataque aos messalistas do MNA e ao comunistas do Partido Comunista Argelino (PCA) que não aderiram a causa da independência, devido a sua ligação com o Partido Comunista Francês (PCF), que esperava uma eventual revolução proletária na França para pensar na libertação da Argélia, condenando inclusive os meios utilizados pela FLN e ELN, principalmente o terrorismo como arma de luta. Segundo a FLN, os comunistas estavam ainda mergulhados no mito da "Argélia francesa". (LIPPOLD, 2021, p. 46)

Quanto a Camus, ele teve uma relação complicada com o Partido Comunista Francês (PCF) ao longo de sua vida. Inicialmente, ele mostrou simpatia pelos ideais e foi membro do Partido Socialista em sua juventude. No entanto, ele nunca se filiou ao PCF e criticou abertamente a política stalinista e a subserviência do partido ao regime soviético, bem como a falta de liberdade e os abusos dos direitos humanos na União Soviética e em outros regimes comunistas, como veremos brevemente na terceira seção ao destrincharmos *O homem revoltado* (1951). Para ele, a Resistência não desembocaria na revolução socialista ambicionada por muitos militantes de esquerda.

Em uma carta a alguém que Camus não revelou o nome, ele dedicou alguns parágrafos a críticas ao Partido Comunista, ao governo de Stálin (em comparação ao muro de Berlim) e às opiniões desse amigo.

Por exemplo, você sabe que a Alemanha Oriental foi rearmada por um longo tempo e que um certo número de velhos generais nazistas estão ativos lá, assim como no Ocidente. Em várias ocasiões, a URSS reconheceu o direito da Alemanha de ter forças nacionais. Você não fala nada sobre isso. É porque você aceita esse rearmamento se ele for controlado pela URSS, mas você o recusa dentro de uma estrutura ocidental. E é assim com tudo. Em casos extremos (pergunte a si mesmo), você aceitaria a transformação da França em uma democracia popular sob a proteção do Exército Vermelho (e lembro que defendi os comunistas contra toda "atlantização" da política interna). [...]

Assim, na minha opinião, você escolheu. E já que você escolheu, é normal que você entre no Partido Comunista. Não sou eu quem vai censurá-lo por isso. Não tenho desprezo pelos ativistas comunistas, embora acredite que eles estejam cometendo um erro fatal. Tenho um excesso de desprezo pelos intelectuais que não são intelectuais de verdade, que nos matam com sua pseudo-destruição dos padres seculares e que, finalmente, se dão a consciência tranquila às custas dos militantes operários (CAMUS, 2008, s.p.).<sup>127</sup>

Camus continuou suas críticas à esse (para nós) anônimo por alguns parágrafos, mas, em resumo, a sua ideia central é que “O Partido Comunista não o ajudará a conhecer a democracia popular. Longe disso. Mas o ajudará a conhecer o comunismo, do qual você conhece muito pouco” (CAMUS, 2008, s.p.).<sup>128</sup> Perto da conclusão, ele faz outras comparações ao comunismo e à Alemanha:

Em 1954, a FLN, sob a liderança de Ahmed Ben Bella, deu início à luta armada pela independência com 30 atentados a bomba em território argelino. O historiador brasileiro Mustafa Yazbek, ao escrever o seu ensaio sobre a revolução argelina, trouxe que em 2 de novembro de 1954 “A FLN emitiu um comunicado anunciando que dava por iniciada oficialmente a luta revolucionária pela liquidação total do sistema colonial na Argélia e pela independência do país, a fim de restaurar o

---

<sup>127</sup> “For example, you know that East Germany has been rearmed for a long time and that a certain number of old Nazi generals are active there, just like in the West. On several occasions the U.S.S.R. has recognized Germany's right to have national forces. You say nothing of this. It is because you accept this rearmament if it is controlled by the U.S.S.R., but you refuse it within a Western framework. And it is like this with everything. In extreme cases (ask yourself), you would accept the transformation of France into a popular democracy under the Red Army's protection (and I remind you that I defendedme-the communists against all "atlantization" of domestic policy). [...]

Thus, in my opinion, you have chosen. And since you have chosen, it is normal that you enter the Communist Party. It is not I who will reproach you for it. I don't have contempt for communist activists, although I believe them to be making it fatal error. I have an excess of contempt for the intellectuals who are not really intellectuals, who murder us with their pseudo-ripping of secular priests, and who, finally, give themselves a clear conscience at the expense of the working activists.”

<sup>128</sup> “The Communist Party will not help you know popular democracy. Far from it. But it will help you know Communism, of which you know very little.”

Estado argelino” (YAZBEK, 2010, p. 53). Mesmo tratando-se de um grupo pequeno, a resposta colonial francesa foi avassaladora e, em alguns meses, o número de soldados franceses na Argélia passou de 50 mil para 200 mil; em 1955, a tortura já era aplicada pela polícia do país.<sup>129</sup>

Os atos de tortura do governo francês para com os argelinos são mundialmente conhecidos, tendo servido, inclusive, de inspiração para que algo semelhante ocorresse durante a ditadura civil-empresarial-militar no Brasil, como bem mostrou a historiadora Leneide Duarte-Plon, em seu livro *A tortura como arma de guerra* (2016). A tortura já era praticada pela polícia na Argélia colonial, mas, a partir de 1955, ela se acentuou. “Como ministro do Interior e depois da Justiça, Mitterrand negou a graça a condenados à pena capital. Um total de 222 pessoas foram executadas durante a guerra” (DUARTE-PLON, 2016, p. 20). Sob outra ótica, as torturas praticadas pelos líderes revolucionários do Front de Libération Nationale (Frente de Libertação Nacional - FLN) também tomaram grandes proporções - contudo, observando pelas lentes dos óculos de Jean-Paul Sartre, por exemplo, os árabes argelinos estavam respondendo aos séculos de opressão, principiadados pelos franceses; estavam, portanto, reagindo.

O movimento conduziu uma guerra de guerrilha contra as forças francesas, que foi marcada por intensos combates e violência de ambos os lados. Para além disso, a FLN também realizou campanhas de mobilização política e diplomática, buscando apoio internacional para a causa argelina. O movimento procurou apresentar sua luta como uma batalha pela autodeterminação e pela libertação nacional contra a opressão colonial.

Camus deixou sua opinião a respeito da FLN bem evidente numa carta que escreveu ao seu amigo Amrouche, a 19 de novembro (não consta o ano), encontrada em *Notebooks 1951-1959* (2008)<sup>130</sup>, uma tradução para o inglês de um de seus *Cahiers*.

É o tempo e a saúde que me impediram de responder a você. Era necessário responder detalhadamente e eu nem consegui acompanhar minha correspondência ordinária. Hoje, ainda não sou capaz de fazê-lo. Mas não quero atrasar em agradecer por sua segunda carta, que me tocou. No entanto, devo a você a verdade sobre o que penso. Questões pessoais não podem nos separar. O que são elas diante do que está acontecendo e prestes a acontecer? Mas fiquei dolorosamente chocado pelo que você

---

<sup>129</sup> A guerra possuía basicamente três lados: argelinos pró-independência, em sua maioria, berberes muçulmanos; as tropas do governo francês, majoritariamente compostas por europeus, mas também por argelinos muçulmanos contrários à independência. Parte principal dessa tropa eram os batalhões da legião estrangeira baseada na Argélia. Uma música escrita durante o conflito foi usada como hino extra-oficial pela legião, cantada pela Edith Piaff, uma cantora francesa de origem berbere; e, por fim, organizações paramilitares de europeus nascidos na Argélia. O grupo mais famoso nesse terceiro ponto foi a Organisation de l'Armée Secrète (OAS).

<sup>130</sup> CAMUS, 2008, s.p.

escreveu, em várias ocasiões, sobre os franco-argelinos em geral (no *Le Monde* e no *Commune*). Você tem o direito de escolher as posições do F.L.N. Quanto a mim, penso neles como assassinos no presente, cegos e perigosos no futuro. Mas mesmo ao se colocar deste lado, você deve fazer as distinções necessárias, o que você não fez. Desisti de tentar fazer uma voz de razão ouvida publicamente. Espero, contra todas as esperanças, um dia ser capaz de fazê-lo. Mas, em particular, devo dizer-lhe minha reação, e você não deve ignorar os tiros, nem justificar que eles atirem nos franco-argelinos em geral e, assim, envolvidos, atirem em minha família, que sempre foram pobres e sem ódio e não devem ser confundidos com uma rebelião injusta. Nenhuma causa, mesmo que tenha permanecido inocente e justa, nunca me afastará de minha mãe, que é a maior causa que conheço no mundo.<sup>131</sup> (CAMUS, 2008, s.p.)

Trata-se de uma coleção póstuma de notas pessoais, pensamentos e reflexões de Albert Camus durante os últimos anos de sua vida. O livro oferece uma visão íntima de sua mente, bem como sua transformação intelectual, desde seus pensamentos sobre política, literatura, arte e filosofia até suas reflexões sobre a condição humana e a mortalidade.

A respeito da FLN, Camus discordava de seus métodos, não apoiava a sua violência e, por isso, “era visto como um traidor não só pelos *pieds noirs* e pela direita, porque não elogiava a Argélia francesa, mas também pela esquerda parisiense, porque não apoiava a violência do a FLN” (TODD, 1998, p. 481). Para o franco-argelino, dialogar com a FLN em meio às lutas era o mesmo que reconhecer a sua legitimidade, apoiar um império árabe que, para Camus, era sinônimo de guerra mundial:

Represálias contra populações civis e a prática de tortura são crimes contra os quais todos somos solidários”. Ele também condenou o terrorismo: “Para ser útil e justo, devemos condenar com a mesma força e sem poupar nossa linguagem o terrorismo da FLN, seja operado contra civis franceses ou, mais frequentemente, populações árabes”. E atacou os progressistas franceses: “Infelizmente, a verdade é que parte da opinião pública francesa acredita confusamente que os árabes de alguma forma adquiriram o direito de cortar gargantas e mutilar pessoas, enquanto outro grupo aprova a legitimação de todo excesso (TODD, 1998, p. 545).<sup>132</sup>

---

<sup>131</sup> But I was painfully shocked by what you wrote, on several occasions, about French-Algerians in general (in *Le Monde* and in *Commune*). You have the right to choose the positions of the F.L.N. For my part, I think of them as murderous in the present, blind and dangerous in the future. But even while placing yourself on this side, you must make the necessary distinctions, which you have not done. I have given up on trying to make a voice of reason heard publicly. I hope, against all hope, to one day be able to do so. But, in private, I must tell you my reaction, and you should not ignore the shooting, nor justify that they shoot at the French-Algerians in general, and thus entangled, shoot at my family, who have always been poor and without hatred and who should not be mixed up in an unjust rebellion. No cause, even if it had remained innocent and just, will ever tear me from my mother, who is the greatest cause that I know in the world.

<sup>132</sup> “Reprisals against civilian populations and the practice of torture are crimes against which we are all in solidarity.” He also condemned terrorism: “To be useful as well as fair, we must condemn with the same force and without sparing our language the FLN’s terrorism, whether operated against French civilians or, more often, Arab populations.” And he targeted French progressives: “Alas, the truth is that part of French public opinion believes confusedly that Arabs have in some way acquired the right to slit throats and mutilate people, while another group approves legitimizing every excess.”



Camus era visto pela esquerda como anticomunista e colonialista porque rejeitava a independência da Argélia, assim como rejeitava a FLN. Albert Camus acreditava, na verdade, em uma democracia que impusesse novos relacionamentos sociais e humanos. No entanto, não pensava em nada dirigido pelos comunistas, além de condenar o terrorismo e valorizar o livre-arbítrio.

Ao não lutar em favor da FLN, o franco-argelino havia deixado, para os árabes, muito explícita a sua posição. Claro que não podemos englobar a opinião dos árabes como se todos os indivíduos pertencentes ao islamismo concordassem em seus pensamentos sobre determinado assunto. O que avaliamos aqui se trata da opinião predominante perante os que lutaram ativamente pela independência. Múltiplos críticos o consideravam um intelectual alienado e insensível aos sofrimentos do povo da Argélia. A posição ambivalente de Camus na questão argelina gerava controvérsias e debates acalorados entre seus leitores e críticos no país.

Não podemos, ainda, afirmar que o filósofo estava em cima do muro, tampouco podemos dizer que ele seria aquilo que Gramsci odiava.<sup>133</sup> Camus não era indiferente à independência da Argélia, mas ao se posicionar contra a repressão francesa ao mesmo tempo em que criticava o terrorismo da FLN, era visto pelos argelinos como covarde.

Camus solicitou a De Gaulle<sup>134</sup> que conferisse cidadania francesa aos argelinos, pediu que a França concedesse justiça baseada, incondicionalmente, na liberdade a todas as comunidades da Argélia sem discriminar ninguém. Para ele, as duas comunidades da Argélia foram condenadas a viver juntas. Camus era guiado por dois princípios:

[...] ele condenou violentamente o assassinato de civis e entendeu que alguns combatentes da liberdade argelinos que não eram terroristas de pleno direito poderiam um dia matar sua mãe. Em segundo lugar, ao contrário de muitos colaboradores do *L'Express*, como François Mauriac e Jean Daniel, ele nunca aceitou emocionalmente ou intelectualmente a ideia da independência da Argélia. Para Camus, a independência transformaria os humildes brancos do país, como sua própria família, em estrangeiros e cidadãos de segunda classe em uma terra que, no entanto, era deles.<sup>135</sup> (TODD, 1998, p. 48)

---

<sup>133</sup> Referência ao livro *Odeio os indiferentes* (1917), de Antonio Gramsci. Boitempo Editorial, 2020.

<sup>134</sup> General, político e estadista francês que presidiu o Governo Provisório da República Francesa de 1944 a 1946.

<sup>135</sup> “[...] he violently condemned the murder of civilians, and he understood that some Algerian freedom fighters who were not full-fledged terrorists might nevertheless one day kill his mother. Secondly, unlike many contributors to *L'Express*, such as François Mauriac and Jean Daniel, he never emotionally or intellectually accepted the idea of Algerian independence. For Camus, independence would make the country's humble white folk, such as his own family, into foreigners and second-rate citizens in a land that was nevertheless theirs.”

Os franceses na Argélia sabiam que a política de assimilação havia falhado. Em primeiro lugar, porque nunca foi realmente empreendida e, em segundo, porque o povo árabe manteve a sua identidade.

Para além dessa tecla, outro ponto muito defendido por Albert Camus foi a salvação dos civis, cujos massacres deveriam ser condenados pelo movimento árabe da mesma forma que os liberais franceses – ele incluiu a si próprio nesse último grupo – condenaram os da repressão:

Essa é, sem dúvida, a lei da história. Quando o oprimido pega em armas em nome da justiça, ele pisa na terra da injustiça. Mas ele pode avançar mais ou menos e, se tal é a lei da história, em todo caso é a lei do espírito que, sem cessar de exigir justiça para os oprimidos, não pode aprová-la em sua injustiça, além de certos limites. Os massacres de civis, além de reavivar as forças de opressão, ultrapassam justamente esses limites e é urgente que todos reconheçam isso claramente (CAMUS, 1958, p. 79).<sup>136</sup>

É perceptível na citação acima que, para Albert Camus, as duas partes opostas deveriam assumir, simultaneamente, o compromisso público de não tocar a população civil, quaisquer que fossem as circunstâncias, visando ao menos remover o conflito de sua inexigibilidade e preservar vidas inocentes no futuro, posto que seu medo era que a Argélia, em pouco tempo, estaria povoada apenas por assassinos e vítimas; apenas os mortos seriam inocentes lá. Eram as crenças e esperanças de um humanista, por mais que saibamos que não há a mínima chance, em qualquer país, de colonizados negociarem em pé de igualdade com o Estado colonial.

Os cansados da guerra ordenaram que Camus escolhesse o seu lado inúmeras vezes, e ele escolheu:

Escolhi o meu país, escolhi a Argélia da justiça, onde franceses e árabes se associarão livremente! E espero que os militantes árabes, para preservar a justiça de sua causa, também optem por condenar os massacres de civis, como os franceses, para salvar seus direitos e seu futuro, devem condenar abertamente os massacres repressivos.<sup>137</sup>

---

<sup>136</sup> “Telle est, sans doute, la loi de l’histoire. Quand l’opprimé prend les armes au nom de la justice, il fait un pas sur la terre de l’injustice. Mais il peut avancer plus ou moins et, si telle est la loi de l’histoire, c’est en tout cas la loi de l’esprit que, sans cesser de réclamer justice pour l’opprimé, il ne puisse l’approuver dans son injustice, au-delà de certaines limites. Les massacres des civils, outre qu’ils relancent les forces d’oppression, dépassent justement ces limites et il est urgent que tous le reconnaissent clairement.”

<sup>137</sup> “J’ai choisi mon pays, j’ai choisi l’Algérie de la justice, où Français et Arabes s’associeront librement! Et je souhaite que les militants arabes, pour préserver la justice de leur cause, choisissent aussi de condamner les massacres des civils, comme les Français, pour sauver leurs droits et leur avenir, doivent condamner ouvertement les massacres répressifs.” CAMUS, 1958, p. 83.

Pode parecer que a identidade de Albert Camus oscila entre francesa e argelina, mas observe, contudo, que ele enfatiza que escolheu a sua Argélia enquanto país onde “franceses e árabes se associarão livremente”. Ele não opta pela Argélia *em vez da França*, mas opta pela Argélia *concomitantemente*. Camus nunca abandonou a França.

Sob sua perspectiva, cada morte separava um pouco mais as duas populações, os diferentes filhos da mesma terra. Camus tentou advogar a favor dos descendentes cujas mãos não continham, ao seu ver, sangue de colonizados árabes. Tentou colocar os dois grupos sob a mesma ótica, moldados na mesma forma. Implorou por uma trégua até o seu último dia de vida.

O autor faleceu em 1960, ainda acreditando que árabes e franceses deveriam encontrar uma maneira de coexistir pacificamente. Ele não viveu o suficiente para testemunhar a independência da Argélia – o que será que ele teria escrito sobre o resultado final dessa história? Camus simplesmente não conseguia entender como alguém poderia ver a questão argelina de forma diferente da dele. Os ressentimentos acumulados durante os anos de dominação colonial e a luta pela consolidação de uma identidade nacional forte resultaram em confrontos e tensões que persistiram por décadas. Com sua sensibilidade às complexidades humanas, Camus certamente teria se entristecido com os episódios de violência e intolerância que marcaram esse período de transição. Para ele, a verdadeira revolução só poderia surgir por meio do diálogo, da compreensão mútua e do respeito pelos direitos humanos. Segundo seus biógrafos, o erro de Camus foi referir-se aos argelinos como árabes, em vez de simplesmente argelinos – como ele também era, embora não se reconhecesse completamente assim. Para Sartre, o erro de Camus foi igualar colonizado e colonizador, como se a reação do oprimido não fosse uma consequência da opressão. Para Camus, a própria vida era um absurdo, e nos restava aceitá-la.

### Referências bibliográficas:

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

CAMUS, Albert. **Actuelles III**. Chroniques Algériennes. 1939 - 1958. Paris: Les Éditions Gallimard, 1958.. Collection NRF.

CAMUS, Albert. **Notebooks**. 1951 - 1959. Translated from the French by Ryan Bloom. Ivan R. Dee Publisher: Chicago, 2008. p. 140

- CAMUS, Albert. **O avesso e o direito**. Tradução: Valerie Rumjanek. 9º ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Tradução: Valerie Rumjanek. 14º ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2023.
- DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra**. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- LIPPOLD, Walter. **Frantz Fanon e a Revolução Argelina**. Prefácio de Deivison Faustino. 1º ed. São Paulo: Editora Raízes da América, 2021.
- SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo E Neocolonialismo** (Situações, V). Tempo brasileiro: Rio de Janeiro, 1968.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottmann. Imprensa: São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- TODD, Olivier. **Albert Camus: a life**. New York: A. Knopf, 1998.
- YAZBEK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 54.